

De 2017 a 2018

Casos de violência doméstica registaram um acréscimo em 71%

(Maputo) Apesar de políticas com vista a erradicar o fenómeno, o número de casos de violência doméstica tende a registar, a cada dia, um notável crescimento. Dados tomados públicos, esta segunda-feira, pelo Ministério da Saúde (MISAU) referem que em 2018 foram atendidos nas unidades sanitárias do território nacional, cerca de trinta e três mil (33,368) pacientes vítimas de violência doméstica, das quais 76% do sexo feminino e 24% masculino, contra perto de vinte e quatro mil (23,836) do ano de 2017. Os números apresentam uma subida na ordem de 71%.

Dos casos reportados, perto de 75% (24,880) correspondem à violência física, 15% (5,102) à violência sexual e 8% à violência psicológica (2,766).

Para a ministra da saúde, Nazira Abdula, o aumento de casos mostra o aumento da consciência da comunidade para denunciar os casos de violência, a melhoria dos sistemas de registo e reflectem a magnitude do problema, daí que, segundo advoga, há necessidade de se

continuar a aplicar mais esforços para acabar com a violência contra a mulher e criança, e com a violência baseada no género de um modo geral.

“Devemos consciencializar cada vez mais a nossa comunidade a não prática da violência. Este exercício deve começar nas nossas casas, na casa de cada um de nós, consciencializando o nosso próximo” – disse a governante.

Nazira Abdula, que falava ontem em Maputo por ocasião do lançamento do Plano Nacional de Acção Para a Resposta à Violência Baseada no Género do Sector Saúde 2019-2022, e do instrumento de Medição de Desempenho de Atendimento Integrado às Vítimas de Violência no Sector Saúde referiu que a violência baseada no género no contexto moçambicano reflecte-se, principalmente, na violência contra as mulheres, constituindo uma manifestação histórica de relações de poder desiguais entre homens e mulheres. “Esta é uma realidade da qual conhecemos e cada vez mais reportada nos órgãos de

informação, porém muitos casos não são denunciados, provavelmente por ainda existir um elevado grau de dependência da mulher em relação ao homem e um certo nível de tolerância da sociedade em relação à prática da violência baseada no género”.

Reconhece ter-se registado algum progresso nos esforços que o país tem vindo, nos últimos anos, e empreender para o alcance de igualdade entre homens e mulheres e para a eliminação da violência baseada no género.

Dos referidos progressos destaca-se a reforma do quadro legislativo e de políticas públicas, bem como o âmbito da sua implementação, nomeadamente a aprovação da lei sobre a Violência Doméstica Praticada contra a Mulher, o Código Penal que tipifica os crimes de violência baseada no género, o Plano Nacional de Acção para a Prevenção e Combate à Violência Contra a Mulher, o Mecanismo Multisectorial de Atendimento Integrado à Mulher Vítima de Violência. Fala-se ainda da Lei de Promoção e de Protecção dos Direitos da Criança, do Plano Nacional de Acção para a Criança e da Política Nacional da Juventude e o Plano Nacional para o Avanço da Mulher e mais recentemente a lei contra uniões prematuras.

Todavia, apesar destes passos com vista a eliminação da violência contra a

mulher, a titular da pasta da saúde reconhece que ainda há muito por fazer para se alcançar o sucesso almejado.

“Apesar destes progressos alcançados, dados do Inquérito Demográfico de Saúde de 2011 mostraram que 33% das mulheres inqueridas haviam sido fisicamente violentadas a partir dos 15 anos de idade e destas 82% reportaram que o perpetrador era seu marido ou ex-marido, parceiro, ex-parceiro. 48% das mulheres nunca havia procurado ajuda e nem contou com apoio de terceiros”.

Em relação à violência sexual, a dirigente referiu que 12% reportaram terem sido vítimas deste tipo de violência na sua vida e 85% reportaram que o perpetrador era um familiar.

O Plano Nacional de Acção contra a Violência Baseada no Género e o Instrumento de Medição de Desempenho vem para fortalecer a resposta à violência e melhorar a qualidade de serviços de saúde fornecida as vítimas e a todos os afectados que necessitam de cuidados de saúde, de forma inclusiva e centrada no respeito pelos direitos humanos.

Refira-se que o Plano Nacional de Resposta à Violência baseada no Género é o primeiro esforço de aglutinação das lições aprendidas, boas práticas das várias iniciativas e ferramentas desenvolvidas para a prevenção e resposta a Violência Baseada no Género no sector da saúde, visando a provisão de serviços de forma mais integrada e abrangente. **(Ed. Conzo)**